

Estatutos da ANCiB - Associação Nacional de Ciências

Biomédicas

Capítulo I

Das Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

Denominação e Sede

- 1) A Associação Nacional de Ciências Biomédicas, adiante designada por ANCiB, é uma associação de âmbito nacional com sede na Covilhã, na Faculdade de Ciências da Saúde, sito à Av. Infante D. Henrique, 6200-506 Covilhã.
- 2) A ANCiB tem o número de pessoa coletiva 513023283.
- 3) A ANCiB rege-se pela Lei e pelos presentes estatutos e pode estabelecer delegações em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.
- 4) A ANCiB é uma associação sem fins lucrativos.

ARTIGO 2.º

Princípios

À ANCiB presidem, entre outros:

- 1) O Princípio da Democraticidade que legitima as decisões maioritárias tomadas de acordo com os presentes estatutos e obriga ao respeito dos direitos das minorias, implicando ainda a eleição dos seus órgãos, através de sufrágio secreto, direto e universal nas condições estatutariamente previstas;
- 2) O Princípio da Independência que implica a sua não submissão a ingerências governamentais, a partidos políticos, confissões religiosas, interesses económicos ou outras organizações;
- 3) O Princípio da Promoção dos Direitos Humanos, que obriga ao respeito em todas as suas atuações, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ARTIGO 3.º

Objeto

A ANCiB tem como objetivo promover, cultivar e desenvolver em Portugal a investigação e o ensino das Ciências Biomédicas, designadamente:

- 1) Divulgar à sociedade em geral os objetivos, meios, função e importância das Ciências Biomédicas;
- 2) Defender os direitos e interesses dos estudantes de todos os ciclos em Ciências Biomédicas, desde que tenham concluído o 1º Ciclo em Ciências Biomédicas, das Universidades Portuguesas;
- 3) Defender os direitos e interesses dos Licenciados em Ciências Biomédicas pelas Universidades Portuguesas;
- 4) Promover a melhoria das condições da classe biomédica, defendendo e promovendo o cumprimento dos seus direitos e deveres;
- 5) Proporcionar a integração dos associados nas Universidades e na Indústria, no âmbito das Ciências Biomédicas;
- 6) Estabelecer o contacto e desenvolver projetos com sociedades científicas nacionais e estrangeiras e filiar-se nas uniões internacionais da mesma especialidade;
- 7) Realizar sessões científicas, nomeadamente congressos nacionais na área das Ciências Biomédicas.

Capítulo II

Dos Sócios

ARTIGO 4.º

Classificação

A ANCiB possui as seguintes categorias de sócios:

- 1) Efetivos;
- 2) Extraordinários;
- 3) Honorários;

- 4) Fundadores.

SECÇÃO I

Dos Sócios Efetivos

ARTIGO 5.º

Definição

São sócios efetivos da ANCiB todos os estudantes da Licenciatura de Ciências Biomédicas e seus licenciados, que se identifiquem com os objetivos dos presentes estatutos.

ARTIGO 6.º

Direitos

São direitos dos sócios efetivos:

- 1) Contribuir para a prossecução dos fins da ANCiB;
- 2) Eleger e ser eleito para os corpos dirigentes da ANCiB;
- 3) Possuir um cartão de sócio que o identifique como sócio efetivo da ANCiB;
- 4) Ser informado de todas as decisões que lhe digam diretamente respeito, bem como das iniciativas ou orientações decididas pelos órgãos competentes;
- 5) Participar em todas as iniciativas promovidas pela ANCiB e utilizar todos os serviços postos ao seu dispor de acordo com os presentes estatutos;
- 6) Beneficiar de eventuais descontos em parcerias com a ANCiB e nas atividades organizadas ou promovidas pela ANCiB, de acordo com o regulamento das mesmas;
- 7) Consultar as atas da Assembleia Geral;
- 8) Solicitar, em qualquer momento, aos corpos dirigentes da ANCiB todos os esclarecimentos sobre o seu funcionamento;
- 9) Apresentar à Assembleia Geral as propostas que julgue convenientes, dentro do âmbito e objetivos da ANCiB e tomar parte ativa nos seus trabalhos;

- 10) Propor a nomeação de sócios honorários em Assembleia Geral, de acordo com a alínea a), ponto 2 do artigo 10.º;
- 11) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, de acordo com a alínea e), ponto 2 do artigo 25.º;
- 12) Recorrer para o órgão competente da lesão dos seus direitos associativos.

ARTIGO 7.º

Deveres de todos os sócios

São deveres dos sócios:

- 1) Respeitar os princípios da ANCiB e contribuir para os seus fins;
- 2) Respeitar e fazer respeitar os estatutos, os regulamentos e as decisões legalmente tomadas pelos corpos dirigentes da ANCiB;
- 3) Zelar pelo património da ANCiB bem como pelo seu bom nome e engrandecimento;
- 4) Tomar parte nas Assembleias Gerais e nelas usar da palavra e do direito de voto;
- 5) Pagar a quota anual a fixar em Assembleia Geral, dentro dos prazos determinados e satisfazer outros encargos de natureza pecuniária para com a ANCiB.

SECÇÃO II

Dos Sócios Extraordinários

ARTIGO 8.º

Definição

São sócios extraordinários da ANCiB todos os que em tal demonstrem interesse, independentemente da sua área base de formação, mediante aprovação pelos corpos dirigentes da ANCiB.

ARTIGO 9.º

Direitos

São direitos dos sócios extraordinários, os mesmos dos sócios efetivos, à exceção dos previstos no ponto 10 do artº 6.

SECÇÃO III

Dos Sócios Honorários

ARTIGO 10.º

Definição

- 1) São sócios honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, pertencentes ou não a outra categoria de sócio que, pela sua experiência ou competências relacionadas com as Ciências Biomédicas, a ANCiB conceda este testemunho de mérito.
- 2) Os sócios honorários são:
 - a) Propostos em Assembleia Geral pelo Conselho Diretivo, Conselho Consultivo ou 10% dos sócios efetivos;
 - b) Eleitos em Assembleia Geral por dois terços dos sócios presentes.

ARTIGO 11.º

Direitos

São direitos dos sócios honorários:

- 1) Contribuir para a prossecução dos fins da ANCiB;
- 2) Possuir um cartão de sócio que o identifique como sócio honorário da ANCiB;
- 3) Ser informado e participar em todas as iniciativas promovidas pela ANCiB;
- 4) Isenção do pagamento de quota ou outros encargos de natureza pecuniária;
- 5) Recorrer para o órgão competente da lesão dos seus direitos associativos.
- 6) Quando os sócios honorários são concomitantemente sócios efetivos ou extraordinários da ANCiB, possuem os mesmos direitos que anteriormente dispunham, estando no entanto isentos do pagamento de quota ou outros encargos de natureza pecuniária.

SECÇÃO IV

Dos Sócios Fundadores

ARTIGO 12.º

Definição

São sócios fundadores os elementos que pertenceram à comissão instaladora da ANCiB, que se incluem em anexo. Podem os sócios fundadores intervir junto dos corpos dirigentes em defesa do bom nome da Associação sempre que o julguem conveniente, e estão isentos de qualquer encargo de natureza pecuniária.

SECÇÃO V

Do Procedimento Sancionatório

ARTIGO 13.º

Definição

- 1) Aos sócios da ANCiB que desrespeitem os presentes estatutos e/ou regulamentos e normas internas da mesma será instaurado um processo disciplinar, conduzido pelo Conselho Fiscal, que poderá culminar ou não na aplicação de sanção.
- 2) Nenhuma sanção será aplicada sem a realização de um processo disciplinar prévio, com possibilidade de defesa do sócio em causa, o qual deve ser informado da sanção incurso e dos motivos que a determinam.
- 3) Ao Conselho Fiscal compete receber as denúncias, queixas e participações e apreciar o seguimento a dar-lhes, superintender todo o processo e promover a aplicação das sanções de acordo com o preceituado nos presentes estatutos.
- 4) O Conselho Fiscal pode ainda atuar mediante verificação oficiosa de irregularidades que violem os preceitos estatutários.
- 5) A decisão do processo disciplinar é efetuada em reunião do Conselho Fiscal, sendo que o relator do processo e seu auxiliar, caso exista nos termos da alínea a), ponto 2 do artigo 18.º, não terão assento nesta reunião.

- 6) O sócio alvo de processo disciplinar, em qualquer fase do processo, possui o direito de:
- a) Estar presente nos atos processuais que lhe digam diretamente respeito;
 - b) Ser ouvido pelo Conselho Fiscal sempre que seja tomada qualquer decisão que o afete pessoalmente;
 - c) Intervir no inquérito oferecendo provas e requerendo as diligências que se lhe afigurarem necessárias;
 - d) Ser informado pelo Conselho Fiscal dos direitos que lhe assistem;
 - e) Recorrer, nos termos dos presentes Estatutos e da lei, das decisões que lhe forem desfavoráveis.
- 7) O sócio alvo de processo disciplinar, em qualquer fase do processo, tem o dever de comparecer perante o Conselho Fiscal sempre que for exigido e para tal tiver sido devidamente convocado.

SUBSECÇÃO I

Das Sanções

ARTIGO 14.º

Classificação

As sanções aplicadas pelo Conselho Fiscal, registadas em livro próprio e exclusivo para o efeito e aplicáveis a todos os sócios independentemente da sua categoria, podem ser:

- 1) Advertência;
- 2) Suspensão;
- 3) Demissão.

ARTIGO 15.º

Advertência

A advertência, que ficará registada para efeitos de reincidência, será aplicável nos seguintes casos:

- 1) Violação dos presentes estatutos por negligência e sem consequências graves;
- 2) Não acatamento, por negligência, das deliberações legalmente tomadas pelos órgãos da ANCiB, no âmbito das suas competências e de acordo com a lei e os presentes estatutos;
- 3) Ações negligentes que desprestigiem e prejudiquem a ANCiB.

ARTIGO 16.º

Suspensão

A suspensão, que implica a perda dos direitos de sócio por tempo variável segundo a gravidade da falta sem poder, contudo, exceder um ano, será aplicável nos seguintes casos:

- 1) Não acatamento das deliberações legalmente tomadas pelos órgãos da ANCiB, no âmbito das suas competências e de acordo com a lei e os presentes estatutos;
- 2) Violação dolosa das normas estatutárias e regulamentares;
- 3) Provocação dolosa de prejuízos morais ou materiais à ANCiB, independentemente de indemnização devida pelos danos causados;
- 4) Reincidência no cometimento de faltas merecedoras de advertência.

ARTIGO 17.º

Demissão

- 1) A demissão, que implica a perda definitiva dos direitos associativos, é aplicável no caso de reincidência no cometimento de faltas a que tenha sido aplicável a suspensão.
- 2) Os sócios são demitidos pelos dirigentes da ANCiB por proposta em Assembleia Geral de convocatória obrigatória, podendo esta recorrer do despacho que ordenar a demissão.

- 3) Os sócios poderão requerer a sua exoneração através de carta registada, com assinatura reconhecida, juntamente com a devolução do cartão de sócio.

SUBSECÇÃO II

Do processo disciplinar

ARTIGO 18.º

Fases processuais

- 1) O Conselho Fiscal procede à abertura de um processo disciplinar, mediante apresentação de queixa por um sócio ou órgão da ANCiB ou oficiosamente através do seu trabalho de verificação da regularidade e cumprimento estatutário, devendo neste caso o Conselho Fiscal fixar o âmbito e objeto do processo disciplinar aquando da sua abertura.
 - a) O direito de apresentação de queixa ou de início oficioso de um processo extinguem-se no prazo de 90 dias a contar da data a que reportam o conhecimento dos factos e seus resultados;
 - b) A desistência de queixa apresentada carece da concordância do sócio ou órgão intervenientes no processo e do Conselho Fiscal.
- 2) A abertura de processo disciplinar obriga à realização de inquérito para apuramento e verificação dos factos que estiveram na sua base, mediante recolha de elementos de prova e audição dos intervenientes.
 - a) O processo de inquérito é efetuado por um relator eleito entre os membros do Conselho Fiscal.
 - b) O relator pode, caso se revele necessário, requerer a outro membro do Conselho Fiscal auxílio para o processo;
 - c) O sócio alvo do processo disciplinar tem obrigatoriamente que ser ouvido durante o inquérito;
 - d) O inquérito deverá ser concluído no prazo máximo de 90 dias a contar da data de abertura do processo;

- e) No prazo máximo de 15 dias deverá ser apresentada a nota de culpa relativa aos factos e resultados por estes produzidos, apurados durante o inquérito;
 - f) O sócio alvo do processo dispõe, a partir da data de apresentação da nota de culpa, de um máximo de 30 dias úteis para a apresentação de defesa;
 - g) A contar da data de apresentação de defesa, o relator do processo deve apresentar ao Conselho Fiscal uma proposta de decisão no prazo de trinta dias.
- 3) Mediante os elementos fornecidos, a análise da defesa apresentada e a proposta de decisão do relator do processo, cabe ao Conselho Fiscal proferir uma decisão quanto à aplicação ou não aplicação de sanção.
- a) A decisão do processo disciplinar é efetuada em reunião do Conselho Fiscal a realizar no prazo máximo de 15 dias após a apresentação da proposta de decisão;
 - b) O relator do processo, bem como o seu auxiliar, caso exista nos termos da alínea a. do ponto 2 do presente artigo, não pode estar presente nesta reunião do Conselho Fiscal que deverá ser marcada especialmente para o efeito;
 - c) A redação da decisão final que deve ser fundamentada no seu sentido é efetuada por um elemento do Conselho Fiscal, a designar no início da reunião;
 - d) O(s) sócio(s) a quem seja aplicada qualquer sanção tem sempre a possibilidade de recurso para a Assembleia Geral, no prazo máximo de 30 dias, nos termos dos presentes estatutos, e em instância posterior, aos tribunais civis.

ARTIGO 19.º

Assembleia Geral de Recurso

- 1) Cabe direito de recurso para a Assembleia Geral de qualquer decisão do Conselho Fiscal.
- 2) O pedido de recurso do sócio alvo de sanção deve ser apresentado junto do Conselho Fiscal, no prazo de 30 dias a contar do conhecimento da decisão emanada por este órgão.
- 3) A Assembleia Geral deverá ser convocada expressamente para o efeito pela Mesa da Assembleia Geral, a pedido do Conselho Fiscal, no prazo de 15 dias a contar do pedido de recurso apresentado pelo sócio.
- 4) Na Assembleia Geral deverão usar da palavra o relator do processo, bem como o sócio alvo de sanção.
- 5) A decisão da Assembleia Geral será apurada por voto secreto, com sentido expresse pela confirmação ou revogação da sanção aplicada pelo Conselho Fiscal, e tomada por maioria absoluta dos sócios efetivos presentes devidamente identificados.

ARTIGO 20.º

Recusas e escusas

- 1) A intervenção de um elemento do Conselho Fiscal no processo pode ser recusada quando ocorrer o risco de ser considerada suspeita por existir motivo sério e grave adequado a gerar desconfiança sobre a sua imparcialidade ou quando este for parte interessada no processo.
- 2) A recusa pode ser requerida pelo sócio que incorre em sanção, sendo decidida pelo Conselho Fiscal.
- 3) Qualquer elemento do Conselho Fiscal pode pedir escusa da sua intervenção no procedimento disciplinar no momento da abertura, sendo este pedido obrigatório se a sua intervenção no processo puder ser considerada suspeita, nos termos do ponto 1 do presente artigo.
- 4) Os atos praticados até ao momento da recusa, caso o elemento seja o relator do processo, só serão considerados nulos se deles resultarem prejuízos para o decorrer do processo ou se deles se verificar séria e grave intenção danosa.

ARTIGO 21.º

Casos omissos

Nos casos omissos, o procedimento disciplinar rege-se pelos princípios gerais do direito processual penal português vigente à data da infração.

Capítulo III

Dos Órgãos

ARTIGO 22.º

Classificação

São órgãos da ANCiB:

- 1) Assembleia Geral;
- 2) Conselho Diretivo;
- 3) Conselho Fiscal;
- 4) Conselho Consultivo.

SECÇÃO I

Da Assembleia Geral

ARTIGO 23.º

Definição e Constituição

A Assembleia Geral é o Órgão máximo deliberativo da ANCiB e é composta por todos os sócios no pleno uso dos seus direitos, reunidos em sessão devidamente convocada.

ARTIGO 24.º

Competências

À Assembleia Geral compete:

- 1) Aprovar o Plano de Atividades e Orçamento e o Relatório de Contas do Conselho Diretivo;
- 2) Aprovar as revisões e alterações dos estatutos realizadas pela Mesa da Assembleia Geral;

- 3) Aprovar e alterar o regimento da mesma, após proposta da Mesa da Assembleia Geral ou dos sócios;
- 4) Definir as grandes linhas de atuação da ANCiB;
- 5) Eleger os membros dos órgãos da ANCiB;
- 6) Retirar a qualidade aos associados de acordo com o ponto 2 do artigo 21.º;
- 7) Discutir propostas de ordem administrativa.

ARTIGO 25.º

Convocação

- 1) A Assembleia Geral da ANCiB reúne ordinariamente:
 - a) Até 22 dias após apresentação do parecer pelo Conselho Fiscal para apresentação e aprovação do Relatório de Atividades e Contas do Conselho Diretivo cessante;
 - b) Até 60 dias após a tomada de posse do Conselho Diretivo para apresentação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento do Conselho Diretivo.
- 2) A Assembleia Geral da ANCiB reúne extraordinariamente:
 - a) Por convocação do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com uma antecedência mínima de 15 dias;
 - b) A pedido do Conselho Diretivo;
 - c) A pedido do Conselho Consultivo;
 - d) A pedido do Conselho Fiscal;
 - e) A pedido de um terço dos sócios, excetuando o caso da ANCiB possuir mais de cento e oitenta membros, pelo que satisfarão o requisito, sessenta membros da mesma.
- 3) A Assembleia Geral Extraordinária da ANCiB poderá realizar-se num prazo mínimo de 15 dias e máximo de 22 dias a contar do pedido de convocação da mesma.

- 4) As convocações deverão ser feitas por e-mail para a Mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO 26.º

Deliberações

- 1) A Assembleia Geral pode deliberar na presença dum quórum mínimo de cinquenta por cento dos membros.
- 2) Se após meia hora não estiver ainda o número de membros estipulado no ponto 1 do presente artigo, cabe à Mesa da Assembleia Geral ponderar a prossecução com o presente quórum, referindo em ata tal procedimento.
- 3) As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes e representados.
- 4) As deliberações que não apresentem uma maioria absoluta deverão ser apresentadas como sugestões devidamente dactilografadas aos órgãos associativos correspondentes.
- 5) A representação voluntária de um associado em Assembleia Geral pode ser conferida a outro associado, bastando uma procuração que deverá ser entregue à Mesa da Assembleia Geral.
- 6) Cada associado tem direito a um voto, excetuando a existência de representação voluntária de outrem, sendo-lhe atribuídos o número de votos em representação.

SECÇÃO II

Da Mesa da Assembleia Geral

ARTIGO 27.º

Constituição

- 1) A Mesa da Assembleia Geral é constituída por três elementos:
 - a) Presidente;
 - b) Secretário-geral;
 - c) Secretário Adjunto.

- 2) A Mesa da Assembleia Geral é eleita por maioria absoluta e em simultâneo com os restantes órgãos associativos por sufrágio secreto, direto e universal.

ARTIGO 28.º

Competências

À Mesa da Assembleia Geral compete:

- 1) Elaborar o Regimento Interno da Assembleia Geral em documento escrito e apresentá-lo na primeira convocação do mandato em vigor submetendo-o a aprovação pela Assembleia Geral;
- 2) Convocar e dirigir a Assembleia Geral, informando os sócios da sua ordem de trabalhos, com o mínimo de 15 dias úteis de antecedência, através de e-mail e afixação de Edital em cada Universidade e, quando aplicável, procedendo ao envio de documentos a analisar;
- 3) Assegurar o cumprimento da ordem de trabalhos nas Assembleias Gerais não tendo, contudo, os seus elementos direito a voto;
- 4) Lavrar e assinar as atas de cada Assembleia Geral;
- 5) Promover as **eleições** para os órgãos da ANCiB, de acordo com o preceituado nestes estatutos;
- 6) Presidir à comissão eleitoral com o direito a voto na pessoa do seu presidente ou mandatário;
- 7) Dar posse aos novos corpos dirigentes;
- 8) Assumir as funções de Comissão Diretiva em caso de demissão ou exoneração do Conselho Diretivo.

ARTIGO 29.º

Cessação de Funções

- 1) Cessa as suas funções como elemento da Mesa da Assembleia Geral aquele que renuncie ao seu cargo por escrito ou a quem seja aplicada a sanção prevista no artigo 17.º, sendo substituído pelo suplente que se lhe seguir imediatamente na lista por que foi eleito.

- 2) A preterição da ordem de suplentes só poderá ser justificada mediante apresentação de declaração de renúncia de mandato.

ARTIGO 30.º

Destituição

- 1) A Mesa da Assembleia Geral considera-se exonerada:
 - a) Se todos os seus membros cessarem funções sem possibilidade de substituição;
 - b) Se apresentar em bloco a sua demissão, perante a Assembleia Geral especialmente convocada para o efeito;
 - c) Se demitida em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, por 75% dos votos expressos favoráveis à demissão.
- 2) Verificando-se a exoneração será eleita uma Mesa provisória que assegurará os trabalhos, devendo realizar-se eleições num período máximo de 30 dias.
- 3) Esta Mesa será eleita de imediato no caso da alínea b. do ponto 1 do presente artigo, e em Assembleia Geral convocada para o efeito pelo Conselho Fiscal nos restantes casos.

SECÇÃO III

Conselho Diretivo

ARTIGO 31.º

Definição e Constituição

- 1) O Conselho Diretivo é o órgão máximo executivo da ANCiB, assegurando a sua gestão corrente.
- 2) O Conselho Diretivo deverá ser constituído por um mínimo de cinco e um máximo de sete elementos, desempenhando, ordenadamente, os seguintes cargos:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-Presidente;

- c) Secretário-geral;
 - d) Tesoureiro;
 - e) Vogais (1 ou 3).
- 3) O Conselho Diretivo é eleito por maioria absoluta e em simultâneo com os restantes órgãos associativos por sufrágio secreto, direto e universal.

ARTIGO 32.º

Competências

Ao Conselho Diretivo compete:

- 1) Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos;
- 2) Admitir os sócios da ANCiB, nas suas diferentes categorias, de acordo com os presentes estatutos;
- 3) Assegurar o cumprimento dos direitos e deveres dos sócios da ANCiB;
- 4) Propor o plano anual de quotização ao Conselho Fiscal para posterior aprovação;
- 5) Cobrar as quotas dos sócios sujeitos ao seu pagamento, após aprovação do plano anual de quotização pelo Conselho Fiscal;
- 6) Isentar ou não, mediante requerimento, os sócios do pagamento de quotas;
- 7) Elaborar o Plano de Atividades e Orçamento até trinta dias após a tomada de posse;
- 8) Elaborar o Relatório de Atividades e Contas e apresentá-lo ao Conselho fiscal até ao último dia útil de cada ano civil;
- 9) Prestar o apoio logístico necessário ao funcionamento dos restantes Órgãos da ANCiB;
- 10) Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- 11) Zelar pelo património histórico do movimento associativo da ANCiB;
- 12) Elaborar e arquivar o inventário patrimonial;

- 13) Administrar o património da ANCiB, segundo o Orçamento;
- 14) Coordenar as atividades científicas da ANCiB;
- 15) Exercer as demais competências previstas nos estatutos.

ARTIGO 33.º

Cessação de Funções

- 1) Cessa as suas funções como elemento do Conselho Diretivo aquele que perder a qualidade de sócio efetivo da ANCiB, renuncie ao cargo por escrito ou a quem seja aplicada uma sanção, mais grave que a advertência, prevista nos presentes estatutos, sendo substituído pelo suplente que se lhe seguir imediatamente na lista por que foi eleito.
- 2) A preterição da ordem de suplentes só poderá ser justificada mediante apresentação de declaração de renúncia de mandato.

ARTIGO 34.º

Destituição

- 1) O Conselho Diretivo considera-se exonerado:
 - a) Se mais de metade dos seus membros cessarem funções sem possibilidade de substituição;
 - b) Se apresentar em bloco a sua demissão perante a Assembleia Geral;
 - c) Se destituída em Assembleia Geral, convocada expressamente para o efeito com antecedência mínima de 15 dias, onde compareçam metade dos sócios efetivos e existam três quartos favoráveis à destituição.
- 2) Nestes casos deverão realizar-se novas eleições num período máximo de 60 dias após a exoneração, cabendo à Mesa da Assembleia Geral assegurar a gestão corrente da ANCiB de acordo com o ponto 8 do artigo 32.º.

ARTIGO 35.º

Deliberações

- 1) As decisões são tomadas por maioria simples, dispondo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

- 2) As decisões do Conselho Diretivo diretamente vinculativas para as estruturas da ANCiB são imediatamente executórias.

ARTIGO 36.º

Responsabilidade

Cada membro da Direção Geral é individualmente responsável pelos seus atos e solidariamente responsável com os demais, por todas as medidas tomadas pelo Conselho Diretivo, salvo quando faça declarar em ata que foi contrário a essas deliberações.

SECÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

ARTIGO 37.º

Definição e Constituição

- 1) O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização, de jurisdição e de auditoria da ANCiB.
- 2) O Conselho Fiscal será eleito por maioria absoluta e em simultâneo com os restantes órgãos associativos por sufrágio secreto, direto e universal.
- 3) O Conselho Fiscal será constituído por:
 - a) Presidente;
 - b) Secretário;
 - c) Relator.
- 4) Cada lista de candidatos ao Conselho Fiscal deverá ter, no máximo, dois suplentes.

ARTIGO 38.º

Competências

Ao Conselho Fiscal compete:

- 1) Elaborar o Regimento Interno do Conselho Fiscal, em documento escrito, e apresentá-lo na primeira convocação do mandato em vigor submetendo-o a aprovação pela Assembleia Geral;

- 2) Emitir parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do Conselho Diretivo, expô-lo à Mesa da Assembleia Geral até quatro semanas após a sua receção e apresentá-lo em Assembleia Geral Ordinária convocada para o efeito;
- 3) Fiscalizar o adequado cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento e comprovar a veracidade do Relatório de Atividades e Contas;
- 4) Proceder a uma fiscalização do inventário patrimonial antes de cada tomada de posse;
- 5) Emitir parecer sobre questões de natureza patrimonial e financeira, quando entender conveniente ou por solicitação de qualquer órgão da ANCiB;
- 6) Elaborar relatórios semestrais sobre a execução do Orçamento;
- 7) Apreciar a regularidade estatutária da atividade dos órgãos associativos;
- 8) Auditar as contas que entender por convenientes ou por solicitação de qualquer outro órgão da ANCiB;
- 9) Realizar auditorias a órgãos executivos, mediante decisão do órgão deliberativo respetivo e competente;
- 10) Aprovar o plano anual de quotização apresentado pelo Conselho Diretivo;
- 11) Aplicar sanções aos sócios nos termos dos artigos 14.º a 18.º;
- 12) Apreciar os recursos dos sócios que se considerem lesados nos seus direitos de acordo com o ponto 2 do artigo 19.º;
- 13) Solicitar à direção todas as informações consideradas pertinentes ao normal funcionamento da ANCiB;
- 14) Requerer a convocação da Assembleia Geral de acordo com a alínea d. ponto 2 do artigo 25.º;
- 15) Convocar estritamente nos termos do ponto 3 do artigo 34.º dos presentes estatutos, a Assembleia Geral.

ARTIGO 39.º

Cessação de Funções

- 1) Cessa as suas funções como elemento do Conselho Fiscal aquele que perder a qualidade de sócio efetivo da ANCiB ou renuncie ao seu cargo por escrito, sendo substituído pelo suplente que se lhe seguir imediatamente na lista por que foi eleito.
- 2) A preterição da ordem de suplentes só poderá ser justificada mediante apresentação de declaração de renúncia de mandato.

ARTIGO 40.º

Destituição

O Conselho Fiscal considera-se exonerado:

- 1) Se mais de metade dos seus membros cessarem funções sem possibilidade de substituição;
- 2) Se apresentar em bloco a sua demissão, perante a Assembleia Geral;
- 3) Se destituído em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito por 75% dos votos expressos favoráveis à destituição.

ARTIGO 41.º

Disposições Gerais

- 1) O Conselho Diretivo terá de disponibilizar todo o material necessário à prossecução das funções e competências do Conselho Fiscal.
- 2) Será inscrita uma rubrica no orçamento da ANCiB destinada ao funcionamento do Conselho Fiscal.

SECÇÃO V

Do Conselho Consultivo

ARTIGO 42.º

Definição e Constituição

- 1) O Conselho Consultivo é o órgão que por seu saber e sua experiência aconselhará os órgãos associativos da ANCiB.

- 2) O Conselho Consultivo será constituído pelos Sócios Fundadores e Sócios Honorários da ANCiB, que se incluem em anexo.
- 3) O Conselho Consultivo iniciará funções com o início do segundo mandato da ANCiB.

ARTIGO 43.º

Competências

Ao Conselho Consultivo compete:

- 1) Emitir pareceres sobre qualquer ação realizada pelos vários órgãos associativos que constituírem a ANCiB, sempre que julgarem necessário;
- 2) Prestar apoio aos dirigentes associativos sempre que solicitado;
- 3) Assegurar o bom funcionamento da ANCiB e o cumprimento dos presentes estatutos;
- 4) Requerer a convocação de uma Assembleia Geral à Mesa da Assembleia Geral, sempre que a situação atual da ANCiB assim o exija.

Capítulo IV

Das Finanças e Património

ARTIGO 44.º

Gestão Financeira e Administrativa

- 1) A ANCiB goza de autonomia na gestão de atividades devendo respeitar sempre o Plano de Atividades e Orçamento apresentado na candidatura aos corpos dirigentes.
- 2) O Conselho Diretivo está obrigado a apresentar o Plano de Atividades e Orçamento para aprovação pelos sócios em Assembleia Geral até 30 dias após a tomada de posse para um novo mandato.
- 3) O Conselho Diretivo tem de apresentar o Relatório de Atividades e Contas ao Conselho Fiscal e aos sócios em Assembleia Geral, até ao último dia útil de cada ano civil.

ARTIGO 45.º

Atividade financeira

São receitas da ANCiB:

- 1) Investimentos e atividades empreendidas pelo Conselho Diretivo que proporcionem o auto-subsídio;
- 2) Patrocínios reunidos pelo Conselho Diretivo ou quaisquer outros Órgãos no sentido de subsidiar a prática das atividades da ANCiB;
- 3) Quotas pagas pelos sócios efetivos e extraordinários;
- 4) Doações;
- 5) Outras.

ARTIGO 46.º

Responsabilidade patrimonial

- 1) A ANCiB é responsável pelo seu património, pelo que lhe foi cedido ou pelo que esta adquiriu em seu nome.
- 2) Deverá a ANCiB possuir um inventário, cabendo:
 - a) Ao Conselho Diretivo a elaboração e arquivo do inventário;
 - b) Ao Conselho Fiscal proceder a uma fiscalização do inventário, antes de cada tomada de posse.
- 3) Caso se verifique o extravio, perda ou uso danoso do património a cargo da ANCiB, os corpos dirigentes cessantes serão responsabilizados judicialmente.

ARTIGO 47.º

Movimentações de conta

- 1) Na conta bancária da ANCiB constarão três assinaturas, sendo obrigatoriamente correspondentes a um membro do Conselho Fiscal, ao Presidente e ao Tesoureiro do Conselho Diretivo.
- 2) Para movimentações e transações da conta será necessária a assinatura de pelo menos dois dos titulares.

ARTIGO 48.º

Aquisição de Património em Regime de prestações

Qualquer aquisição de património em regime de prestações deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

Capítulo V

Das Eleições

SECÇÃO I

Do Processo Eleitoral

ARTIGO 49.º

Capacidade Eleitoral

Têm capacidade eleitoral ativa e passiva os sócios efetivos, honorários previstos no ponto 2 do Artigo 12.º e fundadores da ANCiB, no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 50.º

Condições de elegibilidade

Só podem ser eleitos para órgãos da ANCiB todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos com inscrição em vigor e sem sanção de carácter disciplinar mais grave que a advertência.

ARTIGO 51.º

Biénio das Eleições Gerais

- 1) As eleições ordinárias para os órgãos da ANCiB têm lugar bienalmente e processam-se em simultâneo durante o mês de Dezembro, por sufrágio secreto, direto e universal.
- 2) As candidaturas para os órgãos previstos pelos presentes estatutos serão apresentadas em listas separadas e entregues ao presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral.
- 3) Serão eleitos para os órgãos da ANCiB os elementos das listas que obtiverem a maioria absoluta dos votos a dar entrada em urna.
- 4) Caso nenhuma lista obtenha maioria absoluta, haverá lugar a segunda volta, a disputar entre as duas listas mais votadas, decorridos cinco dias úteis.

ARTIGO 52.º

Regulamento Eleitoral

- 1) O desencadeamento e os moldes em que se desenvolve o processo eleitoral são fixos por Regulamento Eleitoral a aprovar em Assembleia Geral, que se realiza, no mínimo, quatro semanas antes da data prevista para as eleições.
- 2) Na eventualidade da Assembleia Geral convocada para este efeito não reunir por falta de quórum, considerar-se-á automaticamente aprovado o Regulamento Eleitoral proposto à Mesa da Assembleia Geral, sem possibilidade de recurso.

ARTIGO 53.º

Mesas de Voto

- 1) Em cada Universidade existirá, no mínimo, uma mesa de voto com urnas distintas para cada ato eleitoral.
- 2) A constituição das mesas de voto é da responsabilidade da Comissão Eleitoral definida no Regulamento Eleitoral.

ARTIGO 54.º

Impugnação

- 1) Qualquer pedido de impugnação deve ser feito por escrito à Comissão Eleitoral até 48 horas após o término do apuramento dos resultados eleitorais.
- 2) A Comissão Eleitoral terá o prazo de uma semana para apreciar e decidir sobre os pedidos de impugnação.

SECÇÃO II

Da Comissão Eleitoral

ARTIGO 55.º

Constituição

- 1) Durante o período eleitoral entrará em funções uma Comissão Eleitoral, eleita em Assembleia Geral, e composta por um mínimo de três elementos de cada Universidade, sendo que todas as Universidades deverão ter sempre um número igual de elementos nesta Comissão.

- 2) A constituição da Comissão Eleitoral será decidida pela Mesa da Assembleia Geral em quórum da mesma realizada para este efeito.

ARTIGO 56.º

Deveres e competências

São deveres e competências da Comissão Eleitoral:

- 1) Controlar e fiscalizar o processo eleitoral;
- 2) Receber e decidir sobre a legalidade das listas que se apresentem a escrutínio;
- 3) Atribuir às listas aceites a sufrágio uma designação alfabética, por ordem de receção das candidaturas;
- 4) Promover e moderar sessões de esclarecimento público, debates ou outras atividades que visem o esclarecimento dos votantes;
- 5) Nomear os membros das mesas de voto e afixar as listagens junto dos locais definidos;
- 6) Promover a participação dos sócios passíveis de sufrágio no ato eleitoral;
- 7) Afixar e divulgar publicamente os resultados oficiais das eleições;
- 8) Decidir e dar seguimento sobre todos os protestos e pedidos de impugnação das eleições que lhe sejam dirigidos, nos termos regulamentares e estatutários.

ARTIGO 57.º

Tomada de Posse

A ata final deve ser apresentada até 20 dias úteis após escrutínio e os membros eleitos tomam posse em cerimónia pública até 15 dias depois da publicação da ata final.

Capítulo VI

Da Revisão dos Estatutos

ARTIGO 58.º

Revisão

- 1) A Revisão dos Estatutos da ANCiB é sempre efetuada por uma Assembleia de Revisão, adiante designada por ARE, especialmente criada para o efeito e constituída por oito membros, designados da seguinte forma:
 - a) Dois elementos da Mesa da Assembleia Geral, sendo eles o Presidente e o Secretário-geral;
 - b) Dois elementos do Conselho Diretivo;
 - c) Dois elementos do Conselho Fiscal;
 - d) Dois elementos do Conselho Consultivo.
- 2) O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ANCiB preside aos trabalhos da ARE.
- 3) Na ARE cada membro dispõe de um voto.
- 4) A ARE elabora e aprova o seu próprio Regulamento Interno.
- 5) A Revisão dos Estatutos da ANCiB é feita com a aprovação de dois terços dos membros da ARE.
- 6) O mandato da ARE é de um ano, contado a partir da data de tomada de posse.
- 7) Cabe aos sócios da ANCiB, no pleno gozo dos seus direitos, o direito de apresentar propostas gerais ou parciais de revisão, cabendo ao Regulamento Interno definir em que termos são apresentadas e defendidas.
- 8) O Presidente da Mesa da Assembleia Geral convoca as reuniões e confere a posse aos membros da ARE na sua primeira reunião, que se realiza no prazo máximo de quinze dias após publicação da ata de nomeação.
- 9) Têm ainda assento na ARE o Secretário Adjunto da Mesa da Assembleia Geral, sem direito a voto, sendo da sua competência a redação das atas das reuniões da mesma e estando-lhes vedada a intervenção na discussão, durante as reuniões, sobre matérias da competência da ARE.

ARTIGO 59.º

Alteração

A alteração dos Estatutos da ANCiB, após aprovação em ARE, será posteriormente sujeita a aprovação em Assembleia Geral, especialmente convocada para o efeito, devendo as respetivas deliberações serem tomadas com voto favorável de três quartos dos associados presentes.

ARTIGO 60.º

Convocação

- 1) A revisão dos Estatutos da ANCiB será efetuada ordinariamente a cada seis anos, e extraordinariamente por deliberação da Mesa da Assembleia Geral.
- 2) A Mesa da Assembleia Geral promoverá a discussão pública da revisão e a nomeação da ARE, como previsto no artigo 58.º, decorrido o prazo disposto no ponto anterior.
- 3) O processo de Revisão dos Estatutos pode iniciar-se extraordinariamente por deliberação em Assembleia Geral.

Capítulo VII

Das Disposições finais e transitórias

ARTIGO 61.º

Entrada em vigor e aprovação

Estes estatutos entrarão em vigor imediatamente após aprovação por um notário oficial e publicação no Portal da Justiça.

ARTIGO 62.º

Casos Omissos

Os casos omissos nos presentes estatutos serão resolvidos em Assembleia Geral e integrados de acordo com a lei geral e os princípios gerais do direito português.

Anexos

- Anexo 1. -

Lista de sócios fundadores

Nº Sócio	Nº Identificação	Nome	Universidade
1	13784221	Luís Daniel Machado Crisóstomo	Universidade da Beira Interior
2	14151325	Andreia Pinheiro Vilaça	Universidade de Aveiro
3	13908793	Andreia Filipa Rodrigues Lopes	Universidade do Algarve
4	14264207	Guilherme de Sousa Luz	Universidade de Aveiro
5	13391271	Iris Alexandra Lopes da Silva	Universidade do Algarve
6	13743044	Luís Carlos Martins Espínola	Universidade da Beira Interior
7	14101250	David Vilhena Catarino Brito	Universidade do Algarve
8	13986282	Jorge Daniel Barroca Ferreira	Universidade da Beira Interior
9	13924080	Ana Rita Filgueiras Ferreira	Universidade de Aveiro
10	14467938	Marta Maria da Silva Maciel	Universidade da Beira Interior
11	13942086	Inês Baía Ribeiro Baltazar Dias	Universidade de Aveiro
12	14651993	Ana Catarina Jacinta Fernandes	Universidade do Algarve